

# Imagens dos primeiros diálogos do Grupo de Trabalho Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual no Centro-Oeste Mineiro

*Arnaldo Mesquita Santos Júnior<sup>1</sup>*

*José Heleno Ferreira<sup>2</sup>*

*Marília Fraga Cerqueira Melo<sup>3</sup>*

*Michele Mariano Rodrigues<sup>4</sup>*

*Nilmar José da Silva<sup>5</sup>*

*Ricardo Luiz Alves Pimenta<sup>6</sup>*

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) constituem o Sistema Conselhos, criado pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977 e que tem as funções de orientar e disciplinar o exercício da profissão.

Em 22 de março de 1999, o CFP editou a Resolução CFP N° 001/99 (CRP 04, 2015, p. 77) que estabelece normas de atuação para psicólogos e psicólogas em relação à Orientação Sexual afirmando que a homossexualidade não é doença, distúrbio ou perversão.

---

<sup>1</sup> Psicólogo@. Pós-graduand@ em Psicologia Social pela Universidade de Araraquara. Graduand@ em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: arnaldojunior.luz@gmail

<sup>2</sup> Filósofo. Mestre em Mídia e Conhecimento (UFSC). Professor UEMG Divinópolis. Email: zehelena.ferreira@gmail.com

<sup>3</sup> Psicóloga. Mestre em Saúde Pública. Especialista em Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, Psicologia Clínica e Psicologia Escolar e Educacional. Conselheira do XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de MG. E-mail: mariliafcm@gmail.com

<sup>4</sup> Psicóloga (UEMG). Pós-graduanda em Saúde do Adolescente pela Universidade Federal de São João del-Rei, CCO. E-mail: mmarianorodrigues4@gmail.com

<sup>5</sup> Psicólogo (UEMG). Filósofo (PUC-MINAS). Especialista em Docência do Ensino Superior (ALFA). E-mail: psicologonilmar@gmail.com

<sup>6</sup> Psicólogo. Psicanalista. Especialista em Saúde Mental. Mestrando em Psicologia - Processos Psicossociais/Estudos Psicanalíticos - PUC Minas. Membro Fundador do Grupo de Estudos em Psicanálise - Itaúna/MG. Professor no Curso de Psicologia da Faculdade Divinópolis/FACED. E-mail: pimentapsi@yahoo.com.br.

A Resolução, em seu artigo 3º, proíbe que psicólogos e psicólogas exerçam qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, proibindo qualquer ação coercitiva que busque orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

O parágrafo único do referido artigo estabelece que psicólogos e psicólogas não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. Desta forma, o CFP (2017), pautado nos princípios éticos, científicos e filosóficos da Psicologia, destaca sua finalidade de:

(...) orientar as(os) profissionais psicólogas(os) para uma atuação pautada no reconhecimento de que a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade, promovendo a superação de preconceitos e discriminações. As homossexualidades não devem ser tratadas como patologias, distúrbios ou perversões e, portanto, não são cabíveis quaisquer práticas que proponham seu tratamento ou cura. (CFP, 2017)

Para o Sistema Conselhos em Psicologia (CFP, 2017), “a orientação sexual e a identidade de gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso”. Assim, a resolução tornou-se um instrumento bastante relevante no combate ao preconceito, corroborando com as pesquisas científicas sobre a não patologização das homossexualidades.

Embora a publicação esteja vigente há dezoito anos, Projetos de Decreto Legislativo em 2009 (PDC 1.640/09), 2011 (PDC nº 234/2011), 2014 (PDC nº 1.457/2014) e 2016 (PDC nº 539/2016) se constituem em propostas parlamentares contrárias à Resolução do CFP. Tais projetos defendem a prática de terapias de “cura gay” e demonstram o grau de conservadorismo político mesclado ao fundamentalismo religioso que impera no legislativo brasileiro.

Os direitos humanos e as políticas públicas sofrem ameaças e retrocessos com este quadro institucional presente no Brasil. E esta investida das forças conservadoras e retrógradas tem alcançado êxitos. Entre eles, pode-se citar o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), aprovado em 25/06/2014, que suprimiu a questão de gênero e de diversidade sexual, acarretando a exclusão, nos planos municipais e estaduais, desta abordagem. Durante o processo de elaboração dos planos decenais de educação, em

nível federal, bem como nos níveis estaduais e municipais, ocorreram protestos e manifestações por setores conservadores em todo o país contra a “ideologia de gênero”<sup>7</sup> nas escolas. Destaca-se que a Comissão de Direitos Humanos do CFP manifestou-se publicamente quanto às supressões no PNE por representarem significativo recuo no âmbito dos Direitos Humanos, uma vez que, ao retirar do texto “a menção explícita ao preconceito e discriminação em razão de origem ou pertencimento regional, étnico-racial, de gênero ou sexualidade, uma pluralidade de vozes e olhares foram silenciadas” (CFP, 2014).

É importante destacar aqui que a escola, lugar por excelência da educação, é também um espaço de produção dos sujeitos e suas subjetividades, e como nos lembra Guacira Louro (2001), o gênero e a sexualidade estão na escola porque fazem parte dos sujeitos, independentemente de haver aula de educação sexual, discursos ou intenção manifesta de se falar neles.

O Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 1980, a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais e transexuais no Brasil, realiza o levantamento de assassinatos da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Registra-se que a Secretaria de Direitos Humanos, em 2013, utilizou os dados coletados pelo GGB no Relatório de Violência Homofóbica no Brasil. Desde o início da pesquisa, há 37 anos, 2016 registrou o maior número de assassinatos, com 347 mortes no país. O GGB afirma que a cada 25 horas um LGBT é barbaramente assassinado, vítima da “LGBTfobia”. Minas Gerais ocupa o quinto lugar nesse ranking, com 21 mortes. O próprio GGB ressalta que os números são subnotificados, já que faltam estatísticas oficiais. Em 2017, os dados recolhidos extraoficialmente pelo Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS – MG) e pela Associação Nacional de Travestis (ANTRA)<sup>8</sup>, apontam que até julho foram assassinadas 114 pessoas trans e travestis, sendo 14 em Minas Gerais.

A região centro-oeste de Minas Gerais compõe-se de 56 municípios, sendo Divinópolis a maior cidade, com uma população

---

<sup>7</sup> Para saber mais sobre conferir a cartilha da professora Jimena Furlani: FURLANI, Jimena. *Ideologia de Gênero”? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha*. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 2016. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0Bxw\\_jT3HkWUOcEJxc2dLX3VKcmM/view](https://drive.google.com/file/d/0Bxw_jT3HkWUOcEJxc2dLX3VKcmM/view)

<sup>8</sup> Dados obtidos com a vice-presidenta do Cellos-MG e representante da ANTRA em Minas Gerais, Anyky Lima.

estimada em 2016 de 232.945 habitantes (IBGE, 2017). Em setembro de 2013, o Conselho Regional de Psicologia, atendendo a reivindicação de psicólogos e psicólogas da região, instalou um escritório setorial em Divinópolis para atender as demandas de 91 municípios.

Em junho de 2015, o prefeito de Divinópolis, após intenso lobby de grupos ligados ao Poder Judiciário, a organizações religiosas e outros, vetou, no Plano Decenal Municipal de Educação, os pontos referentes à diversidade que abrange a questão racial e as questões de gênero, etnia, grupos LGBT, deficientes, indígenas e de outros grupos socioculturais como conteúdos multi e transdisciplinares, como também a diretriz que visa reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro, das mulheres, dos movimentos LGBT, da pessoa com deficiência, dos indígenas e outros grupos socioculturais. A discussão acerca da chamada “ideologia de gênero”<sup>9</sup> no processo pedagógico foi calorosa, revelando o ditame dos discursos do conservadorismo e fundamentalismo religioso, do androcentrismo e do sexismo.

Pode-se afirmar que tais discursos são imperativos, alienantes e adoecedores, revelando um cenário que fere as diretrizes dos direitos humanos, com sujeitos sem autonomia e, sobretudo, adoecidos pelo engessamento de conceitos tão importantes e tão pouco esclarecidos, como o conceito e a noção de gênero, sexualidades e identidades.

## **O GRUPO DE TRABALHO: PSICOLOGIA, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL**

Neste cenário, iniciou-se um movimento de interessados e interessadas em discutir as questões de gênero e diversidade sexual na região do centro-oeste mineiro. Configurou-se assim um grupo de interlocução com a finalidade de oficializar um Grupo de Trabalho (GT) do CRP-MG, intitulado: GT: Gênero e Diversidade Sexual na intenção de desconstruir os conceitos de gênero, sexualidades e identidades e seus desdobramentos nas diversas instâncias existenciais do sujeito e do desenvolvimento humano.

---

<sup>9</sup> Para saber mais sobre conferir a cartilha da professora Jimena Furlani: FURLANI, Jimena. “*Ideologia de Gênero*”? *Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha*. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 2016. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0Bxw\\_jT3HkWUOcEJxc2dLX3VKcmM/view](https://drive.google.com/file/d/0Bxw_jT3HkWUOcEJxc2dLX3VKcmM/view)

Acredita-se que seja necessário retomar a construção conceitual de gênero, pois para o saber da psicologia esta temática é dialógica, transversal, cultural e aponta para a necessidade de questionar o lugar dos discursos androcêntrico, sexista e heteronormativo e, assim, indagar os efeitos que estes têm na sociedade, na comunidade, nos dispositivos educacionais, de saúde, de assistência social, e sobretudo na subjetividade do indivíduo, tendo sempre como fio condutor a pauta dos direitos humanos.

A temática do gênero aponta para a discussão não somente da pauta LGTB, mas também das mulheres, dos negros, das pessoas com deficiência, da 'vocação das mulheres' e dos trabalhos destinados a elas. Ou seja, compreende-se que tal temática precisa ser amplamente discutida para a promoção da cidadania e dos direitos humanos, e inclusive para o entendimento das diversidades sexuais.

Tal situação decorre da predominância e do engessamento do discurso androcêntrico, um discurso que supervaloriza o pensamento masculino, ou seja, um pensamento cercado de princípios conservadores, moralistas e machistas (ANDRADE; SANTOS, 2013, p.27). E que podem ser denunciados pela taxa de feminicídios do Brasil – 4,8 para 100 mil mulheres –, a quinta maior no mundo, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2016<sup>10</sup>.

As Diretrizes Nacionais do Feminicídio, publicação do Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos em parceria com o Ministério da Justiça, apresentam que os dados apontados pelo Mapa da Violência sobre homicídios de mulheres em 2015 revelaram que de 1980 a 2013 o quantitativo de mortes de registradas correspondeu a mais de 106 mil mortes violentas de mulheres em todo o país. Em números absolutos, os registros passaram de 1.353 mortes no ano de 1980 para 4.762 em 2013, com um crescimento de 252% nesse período (BRASIL, 2016, p.14). Nas palavras de Andrade e Santos, (2013, p.28),

Entendemos que a Psicologia deve assumir o compromisso social de promover discursos alternativos que questionem a ordem dominante que oprime muitas mulheres, jovens, negras(os),

---

<sup>10</sup> Dados obtidos no site oficial da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>.

a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBTTT, dentre outras categorias, identificando e desconstruindo estruturas sociais e práticas pessoais e profissionais que sustentam o sexismo e funcionam como instrumentos de controle social. É sobre esse aspecto que se pauta a importância de discutir gênero na Psicologia em suas diversas áreas de saber e atuação.

Através das primeiras interlocuções dos diversos profissionais envolvidos: psicólogos, psicólogas e discentes, docentes do ensino médio (de escolas municipais e estaduais), docentes de ensino superior, representantes do CRP/MG, representantes dos movimentos e grupos militantes, percebeu-se a junção errônea da temática gênero, diretamente acoplada à questão da sexualidade e da orientação sexual para a grande maioria das pessoas comuns, educadores e profissionais constituídos em seus diversos campos do saber, o que apresenta uma ‘imagem’ a ser desmitificada. Que ‘imagem’ se tem sobre o conceito de gênero?

Por meio dos encontros, percebeu-se a necessidade de discutir, conhecer, analisar, traçar objetivos e ações para que a ‘imagem’ acoplada de gênero, sexualidades e identidades sejam desconstruídas e ampliar a discussão sobre gênero na construção da identidade humana e suas implicações nos direitos humanos. Acredita-se que são necessárias ações e dialogias que desconstruam estas imagens, que segregam, excluem, categorizam, normatizam corpos e sujeitos, contribuindo para o adoecimento psíquico dos indivíduos.

Percebeu-se a necessidade de retomar os temas que atravessam as questões de gênero e seus desdobramentos, como o corpo, as identidades, a relação trabalho/salário para homens e mulheres, a violência contra a mulher, a autonomia sobre os corpos, o aborto, os direitos sexuais e reprodutivos, o conceito de família, masculinidades e feminilidades, a violência contra as pessoas LGBT, o acesso das pessoas LBGT aos dispositivos da educação, saúde e assistência, entre tantos outros desdobramentos.

Assim, Andrade e Santos (2013, p.29) destacam que, promover uma discussão sobre gênero nos convoca ao desafio de transversalidade. É preciso estudar gênero como uma categoria social que influencia ativamente no dia a dia das pessoas, pois todas(os) nós somos “enquadradas(os)”, ainda antes de nascermos, como homem ou mulher e “formatados”, ao longo da vida, à luz desse “enquadre”.

Apesar de a temática do GT ser gênero e diversidade sexual, a imagem distorcida sobre o conceito de gênero nos provocou reflexão. As discussões sobre gênero que, *a priori* imaginávamos bastante desenvolvidas, eram ainda muito pouco conhecidas e debatidas no centro-oeste mineiro, seja dentro do campo de saber e práticas da psicologia, seja nos outros mais diversos possíveis.

Assim, faz-se necessário retomar as discussões acerca do conceito de identidade, um dos conceitos mais discutidos por diversas abordagens e áreas do conhecimento que se esforçaram ao longo da história do pensamento em explicá-lo, a partir de diferentes concepções, mas que não conseguiram abarcar a amplitude deste conceito. Conforme Lima (2011, p. 166), essa dificuldade advém, sobretudo, do aparente paradoxo conceitual que a raiz da palavra sugere: de seres e objetos semelhantes entre si e distintos de outros. A concepção de identidade perpassa pelo processo de identificação ao que é semelhante, mas que ao mesmo tempo se refere a algo único e que o diferencia dos demais.

Esse processo encerra em si elaborações complexas nas quais se entrelaçam elementos psicossubjetivos e elementos sócio-objetivos (LIMA, 2011, p. 167) e a partir dessa perspectiva, “a identidade pode ser concebida como um fenômeno subjetivo e dinâmico resultante de uma dupla constatação de semelhanças e de diferenças entre si mesmo, os outros e alguns grupos” (DESCHAMPS; MOLINER, 2014, p. 14). Assim, o processo de construção de identidade se refere a algo que assemelha os seres a outros, mas que traz em si algo de intrínseco, particular e de significado subjetivo para cada ser, permitindo assim que cada um se construa de maneira única.

Nesse sentido, não é possível que seja construída uma concepção de identidade única e comum a todos os seres, pois está intrinsecamente entrelaçada ao que é particular e subjetivo de cada ser, o que permite que uma gama de identidades seja construída. Segundo Lima (2011, p. 167), durante seu desenvolvimento o indivíduo vai acumulando e hierarquizando progressivamente uma variedade de valores, buscando ampliar o sentido de identidade, o que acaba repercutindo na aceitação de si, levando-o a perceber-se e avaliar-se continuamente em termos de capacidades e de atitudes, de gostos e interesses, de qualidades e defeitos e de imagens sociais.

Conforme Lima (2011, p. 167), a percepção corporal se refere a outro elemento que se soma ao processo de construção identitária, pois é por meio dela que um indivíduo interage e se relaciona



com outros, sendo que o modo como cada um se sente em relação ao próprio corpo e o modo como é visto e percebido por outros interfere nesse processo identitário.

Nessa relação de construção identitária, na qual o corpo tem um papel fundamental, a identidade corporal também se refere a uma identidade sexual. Somos chamados a nos reconhecer desde pequenos como meninas ou meninos; e enquanto adultos como homens ou mulheres. No entanto, a identidade sexual não se refere somente ao sexo anatômico com o qual nascemos. A identidade sexual é construída também a partir da identificação (ou não) com o sexo anatômico com o qual nascemos e com a identificação (ou não) com o significado social associado a cada sexo. É nesse sentido que os conceitos de identidade, gênero e diversidade sexual se interligam (...) (LIMA, 2011, p. 168).

Gêneros, segundo Butler (2013), são os significados culturais assumidos pelos corpos e, sendo assim, não se pode dizer que ele decorra do sexo desta ou daquela maneira, como algumas teorias naturalistas querem dizer, quando dizem que isto ou aquilo é modo de ser/fazer-se menina ou menino. Pensando-se então em corpo sexuado e gênero culturalmente construído, esta autora nos apresenta uma descontinuidade desta lógica associativa dos únicos dois gêneros, colados ao sexo, para fazer pensar na possibilidade de uma multiplicidade de gêneros. Desta forma, o gênero é uma identidade construída e mantida pela reiteração e repetição de normas que se cristalizam, como se fosse uma verdade carnal, incontestável.

Segundo o pensamento de Butler (2001; 2013), o gênero está imbricado nos discursos que o fazem, assim como o sexo e a sexualidade, pois, como diz Salih (2013, p. 68), a filósofa, em seu livro “Problemas de Gênero”, o gênero e o sexo situam-se no contexto dos discursos pelos quais eles são enquadrados e formados, de modo a tornar evidente o caráter construído (em oposição a “natural”) de ambas as categorias.

Em contrapartida a este enquadramento imposto através do binômio “menino ou menina”, a teoria *queer*, por exemplo, apresenta-se como uma âncora que fundamenta a flexibilidade da sexualidade enquanto uma instância que não é permanente, mas que tal como o ser humano, evolui e constitui-se no *vir-a-ser*. “O *queer* não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade,



mas é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação” (SALIH, 2015, p.19), ou seja, ele questiona e destrona a perspectiva androcêntrica.

Outro ponto relevante de desconstrução nesta teoria é que enquanto as pesquisas e estudos mais tradicionais feitos sobre gênero, gays, lésbicas e a própria teoria feminista apontam para o pressuposto de que há a existência de “o sujeito gay”, “o sujeito lésbico” e etc, o *queer* empenhe-se justamente no rompimento das mesmas. Quando as categorias gay e lésbica são inseridas neste movimento rumo à desconstrução, trata-se de considerá-las, tal como as categorias de masculino e feminino, como aquelas que estão dentro de uma espécie de pacote, via discurso social, sexuais e generificadas, o que também é fruto de normatizações que ainda estão pautadas pelo que prega a cultura hétero.

É também este o percurso pelo qual o GT: Gênero e Diversidade Sexual tem se proposto a percorrer, levando em conta os abusos que estão engendrados no discurso social que mortifica, aprisiona e categoriza os indivíduos, objetificando-os. A generificação, mesmo que por hora utilizada como recurso para a inserção social (pensemos na necessidade de constante modificação da sigla LGBTQ), corre o risco de propagar o enquadramento, aqui denunciado, que despersonaliza e coloca o sujeito em posição de foraclusão. Portanto, discutir gênero está para além de promover “o gay”, “a lésbica”, “o homem”, “a mulher”, mas é fomentar a promoção daquele que transcende as categorias: *o sujeito*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em março de 2017, um encontro de um grupo de convidados e convidadas mobilizados pela conselheira Marília Fraga, do CRP, em parceria com a Faculdade Divinópolis/FACED, através do professor e psicólogo Ricardo Pimenta, reuniu dez pessoas que trabalham ou têm engajamento com as discussões e/ou militância relativas a gênero e diversidade sexual no centro-oeste. O encontro abordou o trabalho do CRP MG através de comissões e grupos de trabalho, as intenções do GT: Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual e o planejamento de atividades.

Em abril de 2017, uma oficina coordenada pelo professor Ricardo Pimenta abordou o tema “Construção coletiva dos objetivos e ações do GT: Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual” e contou com dez participantes, com a proposta de elaborar coletivamente a ementa e ações do GT. Desta forma, o GT: Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual buscou embasar-se na intenção de

efetivar as orientações do CRP/MG. Foram construídos os objetivos e ações aqui enunciados.

Dos objetivos:

a. caracterizar a problemática do gênero no contexto das construções histórico-sócio-culturais da diferença entre os sexos; fugindo assim do determinismo anatômico-biológico e avançando na compreensão das construções identitárias e subjetivas e na defesa da dignidade e dos Direitos Humanos;

b. desconstruir o discurso de naturalização dos papéis femininos e masculinos, bem como os estereótipos relacionados às identidades de gênero que geram exclusão social, promovendo espaços de discussão nos mais diversos setores sociais;

c. promover o diálogo entre sujeitos sociais e coletivos, possibilitando a pesquisa e a interlocução entre os dados coletados e o poder constituído, dando visibilidade à demanda de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, impactando diretamente nas questões relacionadas ao processo de elaboração de políticas públicas, e outros campos do saber, possibilitando a discussão quanto ao acesso das mulheres e pessoas LGBTQI's, no acesso à saúde, à educação, à assistência social, ao mercado de trabalho, aos dispositivos da comunidade, entre outros;

d. promover diálogos com os demais GTs do CRP centro-oeste, devido à transversalidade das questões de gênero, bem como buscar interlocução com os grupos, coletivos e expressividades de mulheres e LGBTQI's de Divinópolis e região;

e. situar a problemática do poder nas relações de gênero e, por conseguinte, o complexo fenômeno da violência de gênero: a violência social e simbólica; o feminicídio; a homotransfobia; a despatologização das identidades trans; dos direitos sexuais e reprodutivos, do aborto e dos diversos arranjos familiares, entre outros.

Das ações:

a. rodas de conversas (Ambiências Acadêmicas – Espaços Públicos);

b. Seminário de Estudos Sistemáticos;

c. cursos;

d. oficinas;

e. simpósios acadêmicos;

f. construção de um blog que se constitua como espaço de divulgação da temática e principalmente, como espaço para denúncias relacionadas ao machismo, homofobia, sexismo, misoginia;

g. criação de uma ONG relacionada à temática do GT.

Após esta construção, a proposta de criação do GT: Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual na região centro-oeste foi apresentada para apreciação da diretoria do XV Plenário do CRP MG. A proposta foi aprovada e a Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual endossou e orientou o grupo proponente.

Em 10 de junho de 2017, o “GT: Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual” foi oficializado na região centro-oeste, no evento Psicologia em Foco, com o Tema: “Gênero, Diversidade Sexual e Identidades: conhecer para atuar”. O evento, promovido pelo CRP MG, foi realizado em parceria com a FACED, aberto ao público, divulgado no site do CRP, redes sociais, faculdades e endereços eletrônicos, contou com a presença de sessenta e nove pessoas de diversos municípios da região.

Acredita-se que a partir deste evento o GT tenha iniciado, prudentemente, discussões que problematizam a ‘imagem’ vigente do cenário atual: a de pessoas e instituições que, pelo efeito dos discursos do conservadorismo e fundamentalismo religioso, do androcentrismo e do sexismo, possuem conceitos distorcidos sobre gênero, sexualidades e identidades.

Assim, o GT dará continuidade aos encontros promovendo discussões e ações que fortaleçam a luta pela despatologização e desnaturalização das identidades de gênero, direcionadas à inclusão e respeito para com as diferenças e diversidade sexual, promovendo o protagonismo, a garantia de direitos e a elaboração de estratégias de enfrentamento mediante situações de violência e preconceitos ainda existentes.

Desta forma, o GT acredita que são necessárias ações e diálogos que desconstruam esta ‘imagem’ construída em torno da noção de gênero, de sexualidades e de identidades, tendo, sempre, como pauta, os *humanos e os direitos*, para o empoderamento da luta pelos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Darlane Silva Vieira. SANTOS, Helena Miranda dos (Org.). *Gênero na psicologia: articulações e discussões*. Salvador. CRP-03, 2013.

BRASIL. *Lei 13.005/2014, Aprova o Plano Nacional de Educação e da outras providências PNE (2014-2024)*. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2013.005-2014?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.005-2014?OpenDocument). Acesso em 21/07/2017.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos

Humanos; Secretaria de Políticas para Mulheres. Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Investigar, processar e julgar com perspectivas de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília. 2016. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femenicidios-versao-web.pdf>. Acesso em 28/07/2017.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In.: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

Centro Oeste MG TV Integração <<http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2015/06>> Acesso em 23/07/2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Conselho Federal de Psicologia repudia PDC nº 539/2016*. Site do CFP, 2017. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/nota-de-posicionamento/>. Acesso em: 27/07/2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Nota pública: Comissão de Direitos Humanos do CFP manifesta preocupação em relação à mudança no texto do PNE*. CFP, 2014. Disponível em: [www.site.cfp.org.br/r/pne-2](http://www.site.cfp.org.br/r/pne-2). Acesso em 23/07/2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual*. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 4ª REGIÃO (MG). *Guia para o exercício profissional: psicologia: legislação, orientação, ética, compromisso social*. 4ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: CRP 04, 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (CRP). *Oficina de Construção coletiva dos objetivos e ações do GT: Gênero e Diversidade sexual*. Realizada em 08 de abril de 2017, das 09:00 às 12:00 horas. Escritório Regional – Centro Oeste do CRP/MG em Divinópolis: CRP-04, 2017.

Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. <http://www.crpmg.org.br/GeraConteudo.asp?materialID=1807> Acesso em 22/07/2017.

DESCHAMPS, J-C; MOLINER; P. *A identidade em Psicologia social: dos processo identitários às representações sociais*. Trad. Maria Lúcia M. Endlich Orth. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). <https://grupogaydabahia.com.br/> Acesso em 22/07/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

(IBGE). <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312230&search=minas-gerais|divinopolis> Acesso em 22/07/2017.

Lima, R. L. *Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões*. Em Pauta, 2011; 9(28), 165-182.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MOTT, Luiz, MICHELS, Eduardo e Paulinho. *Relatório 2016 assassinatos de LGBT no Brasil*. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf> Acesso em 23/07/2017.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução*. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Acesso em 27/07/2017.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Trad. e Notas: Guacira Louro Lopes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

\_\_\_\_\_. Trad. e Notas: Guacira Louro Lopes. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

\*\*\*